



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

DIEGO GOMES DA SILVA

ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE OS RECURSOS HÍDRICOS NO  
RN: UMA ABORDAGEM TEÓRICA APÓS LEI ESTADUAL 6.908/96

NATAL - RN

2016

Diego Gomes da Silva

ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE OS RECURSOS HÍDRICOS NO  
RN: UMA ABORDAGEM TEÓRICA APÓS LEI ESTADUAL 6.908/96

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito básico necessário à obtenção do título de Bacharel em Economia.

**Orientador: Prof.º D.r FRANCISCO WELLINGTON DUARTE**

NATAL - RN

2016

Catálogo da Publicação na Fonte.  
UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Silva, Diego Gomes da.

Análise das políticas públicas sobre os recursos hídricos no RN: uma abordagem teórica após lei estadual 6.908/96 / Diego Gomes da Silva. - Natal, RN, 2016. 40f.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Wellington Duarte.

Monografia (Graduação em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Economia. Curso de Graduação em Ciências Econômicas.

1. Recursos hídricos - Rio Grande do Norte - Monografia. 2. Políticas públicas - Monografia. 3. Lei Estadual 6.908/96 – Monografia. I. Duarte, Francisco Wellington. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 556.18

DIEGO GOMES DA SILVA

ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE OS RECURSOS HÍDRICOS NO  
RN: UMA ABORDAGEM TEÓRICA APÓS LEI ESTADUAL 6.908/96

Trabalho de conclusão de curso apresentado e aprovado em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_ pela Banca  
Examinadora composta pelos seguintes membros:

---

Prof.º D.r FRANCISCO WELLINGTON DUARTE

Orientador / DEPEC UFRN

---

Prof.º D.r WILLIAM EUFRASIO NUNES PEREIRA

Examinador / DEPEC UFRN

## **EPÍGRAFE**

“Algo só é impossível até que alguém duvide e resolva provar ao contrário”.

Albert Einstein

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradecendo a Deus por ter guiado meus caminhos desde o vestibular até este momento tão sublime de um aluno, momento de êxito pessoal ao qual sem ele nada seria possível até aqui.

Lembro de todos aqueles que estiveram comigo nessa trajetória ao qual este trabalho de conclusão apenas contempla uma etapa da minha vida, que contei com todas essas pessoas em momentos difíceis e também nos bons momentos que tiveram, muitos aprendizados, experiência que levarei para toda eternidade.

Não posso deixar de registrar meus agradecimentos a minha família como um todo que sonhou junto comigo essa realização, e parte da minha alegria é a alegria deles em ter orgulho de mim, sempre se dedicaram ao máximo para que pudesse chegar até aqui, e com certeza ir mais adiante.

Minha esposa, que sem dúvida acompanhou de perto tudo que passei nesses anos, e sempre me deu forças e apoiou em todas as decisões que foram necessárias, e principalmente o companheirismo necessário para suportar as dificuldades que tive pelo caminho.

Ao professor orientador Wellington que compreendeu minha situação e me apoiou até o fim, para conclusão deste trabalho com êxito, prestando todo suporte necessário.

Por fim, mas não menos importante meus colegas especialmente de classe, ao qual compartilhamos muitos conhecimentos, experiências e companheirismo nessa árdua tarefa, mas assim como eles, estou realizando um sonho da formação acadêmica, e muitas histórias estarão apenas começando agora, temos um futuro pela frente.

## **RESUMO**

Os atuais longos períodos de estiagem em todo território brasileiro, com destaque em análise o RN, despertaram analisar como as autoridades governamentais do Estado agiram nessas últimas décadas para minimizar os efeitos das secas no território Potiguar, tendo em vista geograficamente ser frequente. A partir da Lei Estadual 6.908/96 o Estado começou a ter responsabilidades sobre o gerenciamento dos Recursos Hídricos na região, com isto foi analisado quais Políticas Públicas foram aplicadas nesses programas que gerenciaram os Recursos Hídricos Estadual. Para isto foi confrontado a teoria política, sobre Políticas Públicas, para conseguir identificar quais políticas foram utilizadas e como governo agiu neste período, a quais classes sociais e parte da população foram atingidas com essas políticas.

**PALAVRAS-CHAVES:** Políticas Públicas, Recursos Hídricos, Estado, Instituições.

## **ABSTRACT**

The current long periods of drought throughout the Brazilian territory, with emphasis on the NR analysis, have led to an analysis of how state government authorities have acted in recent decades to minimize the effects of droughts in the Potiguar territory, geographically being frequent. From State Law 6.908 / 96, the State began to have responsibilities on the management of Water Resources in the region, with which it was analyzed which Public Policies were applied in these programs that managed the State Water Resources. To this end, the political theory on public policies was confronted to identify what policies were used and how government acted during this period, to which social classes and part of the population were affected by these policies.

**KEYWORDS:** Public Policies, Water Resources, State, Institutions.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Organograma 1:</b> Estrutura Secretária Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH) .....	<b>21</b>
<b>Diagrama 1:</b> Interação das instituições da SEMARH .....	<b>23</b>
<b>Gráfico 1:</b> Gastos totais Proágua .....	<b>24</b>
<b>Tabela 1:</b> Detalhamento de gastos Programa Plurianual do RN .....	<b>26</b>
<b>ANEXO 1:</b> Matriz de Projetos e Programas que Apresentam Interface com o Programa Estadual de Desenvolvimento Sustentável e Convivência com o Semi-Árido Potiguar .....	<b>35</b>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA .....	11
1.3 JUSTIFICATIVA .....	12
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>14</b>
2.1 HISTÓRICO GOVERNAMENTAL RN – PÓS LEI .....	22
2.2 INSTITUIÇÕES: FORMAÇÃO DA SEMARH E SUA ESTRUTURAÇÃO .....	22
<b>3 PROGRAMAS E POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS – RECURSOS HÍDRICOS RN .....</b>	<b>23</b>
3.1 FONTES DE FINANCIAMENTO .....	27
3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS ADOTADAS NOS RECURSOS HÍDRICOS DO RN: UMA ANÁLISE DOS PROGRAMAS REALIZADOS .....	27
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>31</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>32</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem o intuito de demonstrar os aspectos desta pesquisa, tema e problemática do assunto, bem como apresentação dos objetivos que estão sendo pesquisados, justificando a realização do trabalho.

O objetivo central deste trabalho é analisar as teorias de políticas públicas em relação a realidade aplicada no Estado do Rio Grande do Norte nos últimos 20 anos, e por esta razão, optou-se para a construção deste trabalho a revisão da literatura das principais obras que abordem o tema, confrontando com a realidade dos últimos 20 anos, analisando os programas implantados, quais os objetivos que pretendiam atingir, de que forma foram aplicados, e impactos na população.

### 1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA

Souza (2002, apud Peter, 1986) as políticas são ações do governo que influenciam no cotidiano da população, ou seja, o governo tem este meio de ação que a sua população seja diretamente ou indiretamente afetada, seja por aspecto positivo ou negativo da ação, porém traduzindo um pouco da teoria com a realidade do Estado do Rio Grande do Norte e até mesmo outras regiões do país, uma definição de Celina Souza (2002, apud Laswell, 1936) traduz simplificadamente que as ações de políticas públicas sejam analisadas pela ótica de quem ganha e qual a diferença que isto faz, ou seja, determinadas políticas públicas podem ser feitas ou motivadas por interesses além da solução do problema, visando um outro benefício, sendo este capaz de gerar vantagens para alguém ou para um grupo de pessoas.

Ainda no contexto citado acima, Souza (2002, apud Theodor Lowi, 1964; 1972) complementa que a política pública faz a política, ou seja, as ações irão ter pontos positivos e negativos, podendo assumir formatos diferentes: política distributiva (Recursos limitados, distribuição beneficiando individualmente do que coletivo, no geral, exemplo patrimonialismo), políticas regulatórias (Burocracia e organização), política redistributivas (políticas sociais universais).

Tude (2009, apud Frey, 2000) o termo política tem três pontos: institucional, processual e material. O ponto que melhor atende este estudo seria a dimensão material, pois são ações políticas concretas, ou seja, o resultado físico das políticas realizadas pelo Estado a fim das soluções detectadas anteriormente, traduzindo a realidade do referido estudo, o que o governo realizou de concreto nestes últimos 20 anos respeitando e cumprindo a legislação implementada.

Desta forma seguindo a luz das teorias políticas, o presente trabalho visa compreender as ações e responsabilidades do governo na gestão dos recursos hídricos do Estado, bem como a aplicação realizada nessas duas décadas após a implantação da Lei estadual 6.908/96 (Rio Grande do Norte), fazendo uma revisão da literatura que cerca este caso confrontando com a realidade.

Como objetivos deste trabalho, existe o intuito em verificar se as políticas de recursos hídricos foram implantadas e quais foram seus resultados até os tempos atuais no Estado do Rio Grande do Norte nos últimos 20 anos, destacando-se os itens abaixo:

- Identificar quanto foi gasto nas políticas de recursos hídricos entre 1996 – 2016;
- Identificar a origem dos recursos e existência de fundos, qual a evolução, se positiva;
- Averiguar a relação entre políticas de recursos hídricos e instituições (CAERN, IGARN);
- Apontar quais políticas públicas foram utilizadas nos programas realizados.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

Baseando-se nas teorias de políticas públicas procuramos entender e compreender as ações realizadas pelo governo acerca da manutenção e gestão dos recursos hídricos do Estado, principalmente após a Lei estadual 6.908/96 (Rio Grande do Norte), de 01/07/1996, que entre seus principais pontos, aborda: Gerenciamento e controle dos recursos hídricos do Estado de forma descentralizada e participativa (isto porque historicamente no Código de Águas de 1934, as decisões neste campo eram de caráter exclusivo do poder público, ou seja, as ações e

políticas tinham influência nacional e não localmente, e isto prejudicava a melhor interpretação e solução do problema local, pois cada região do país possui particularidades geográficas e também políticas, logo, tais ações generalizadas poderiam não captar e resolver todos os problemas de determinada região.

Ainda sobre a Lei estadual 6.908/96 (Rio Grande do Norte), de 01/07/1996 entende que a prioridade é o abastecimento humano e que seria obedecido critérios sociais econômicos e ambientais.

A lei estadual também estabeleceu a criação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FUNERH, vinculado à Secretaria de Recursos Hídricos e Projetos Especiais (que atualmente é Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos), a composição deste fundo de recursos seria proveniente, segundo a lei: Recursos do Tesouro Estadual e municipal, transferências da União, 2% de compensação financeira do Estado em relação à utilização de recursos minerais, cobrança do uso e outras tarifas.

No ano seguinte, o governo federal sancionou a Lei Nº 9.433, de 08/01/1997 que seu principal aspecto neste trabalho é o Capítulo I, Art. 1º parágrafo VI, que informa a descentralização da gestão dos recursos hídricos e participação do poder público e usuários, ou seja, é formalizado a participação essencial do Estado nas políticas públicas do gerenciamento local dos recursos hídricos, no caso do Rio Grande do Norte já havia uma lei estadual sancionada um ano antes da lei federal com este contexto, partindo desta regulamentação, o que se esperava na época era uma participação efetiva do Estado em atender as necessidades locais referentes aos problemas hídricos da região.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

É necessário compreender como a teoria política interpreta os diversos fenômenos sociais que este assunto gera, fluuando desde sua origem até aprofundamento teórico da causa, tentando esclarecer o papel do Estado perante a teoria política.

Destaca-se o surgimento da análise de políticas públicas nos EUA, como meio de analisar a “produção” do ESTADO, anteriormente o foco das análises era sobre o ESTADO, baseando-se em democracias estáveis seria possível avaliar as políticas do governo, neste caso começou a ser analisado o produto gerado pelo Estado e não ele como um todo, tradicionalmente analisado anteriormente. Seguindo neste conceito existiam duas linhas de pensamento, a Tradição Madison - foco nas instituições; limitava a tirania da natureza humana; e Tradição Paine e Tocqueville – focava nas organizações, ou seja, por um lado a Tradição Madison avaliava os aspectos de ações humanas na política, já a Paine e Tocqueville visualizava as ações da organização, ao qual interpreta-se uma organização que para determinada ação várias pessoas e etapas são envolvidas, logo, diminui a tirania humana prevista no conceito Madison. Para ambas visões, o caminho das políticas públicas é orientar e compreender as tomadas de decisões do governo, conforme Souza (2006).

Existem razões científicas para estudar as políticas públicas, sobretudo em sociedades democráticas que possibilitam estimar os impactos das ações do governo, e dentro deste contexto o autor separa duas variáveis importantes nesse campo: variável dependente referindo-se as pressões da sociedade e interferência nas políticas, e a variável independente que analisa os resultados das políticas na sociedade. Outro ponto destacado pelo autor é a razão política ao qual é estudo as ações do Estado, isto permite que a sociedade tenha consciência das responsabilidades e consequências ao qual o Estado tem sobre suas vidas, possibilitando o aumento do grau crítico de análise da população que se interesse pelo estudo desta área, segundo Tude (2010).

---

Souza (2002, apud, Laswell 1936) – Conciliou o conhecimento “científico” com a produção real do governo, dialogando também com grupos de interesse. Souza (2002, apud, Simon 1957) – Racionalidade limitada dos mandantes públicos (informações incompletas, tempo, etc.). Souza (2002, apud, Lindblom 1959) – Racionalizou Laswell e Simon acrescentando variáveis tais como poder, fases de processo, entre outros (burocracias, etapas, processos). Souza (2002, apud, Easton 1965) – Recebe comandos de partidos (várias origens) que influencia no seu comportamento de ações para atendimento deles.

Tude (2010, apud Frey, 2000) reforça as dimensões da política, que são: Dimensão Institucional, onde direciona as instituições do governo bem como segmentos jurídicos e administrativos; Dimensão Processual que envolve os agentes da política, partidos e políticos com interesses em comum e suas relações e Dimensão Material, sendo esta uma visão sobre as obras e serviços realizados pelo governo, denominado resultado material do mesmo. Neste trabalho, essas três dimensões citadas serão importantes para compreender o papel do Estado sobre a gerência dos recursos hídricos no Rio Grande do Norte, permitindo analisar desde suas instituições e obrigações legais, assim como o resultado concreto dessas ações.

A análise de políticas públicas gira em torno de uma linha de pensamento geral, analisar as ações do governo, como e para quem são tomadas tais decisões, e quem será impactado com isto. O papel do governo compreende-se que não seja somente as ações que visam os grupos de interesse do mesmo, mas também não somente todas as pressões das classes sociais, é a interação de atender esses anseios.

Tude (2010) relata alguns tipos de políticas públicas: Distributivas, onde é direcionado a uma parte da população, redistributivas contrariamente a distributiva foca em atender a maior parte da sociedade, mas devido sua dimensão pode se tornar ineficaz em algum lado, regulatória que tenta regulamentar e agir burocraticamente na administração pública.

É de se caracterizar também os agentes de políticas públicas, que não somente compreende a esfera governamental, Tude (2010) separa alguns como: atores estatais que são ligados a política em si das estatais, atores privados que podem ser desde ONGs até sindicatos, esses buscam de alguma forma participar das tomadas de decisões também.

No âmbito dos estudos das Políticas Públicas, existem vários modelos teóricos a serem seguidos, entre os principais destacados por Tude (2010) temos:

- Institucionalismo – Parte do princípio da necessidade e papel importante das instituições nas ações políticas, Tude (2010);

Grupos de interesse – Grupos reivindicam seus interesses de forma organizada perante o governo, e os agentes políticos devido ao impacto social que tais grupos podem desencadear, determinam qual grupo será atendido em determinado momento em relação ao seu problema, o governo tenta equalizar o atendimento a todos os grupos.

- Teoria das elites – as elites (considera-se pessoas com forte influência, seja no aspecto político, principalmente, ou outra área de impacto ao governo) possuem um histórico de influências sobre os governos e suas políticas públicas, que nestes casos as políticas em algum aspecto tende apenas atender as necessidades desses, não se caracteriza

como grupo de interesse pois sua caracterização e organização são diferentes, não atende um aspecto universal em massa, mas sim objetivos e interesses mais singulares e particulares para determinadas elites, Tude (2010).

- Racionalismo – Leva em consideração a racionalidade na tomada de decisão das políticas públicas, muito embora por se tratar de uma ação que envolva a capacidade humana e dinamismo da sociedade, não se pode esperar um resultado rigorosamente estático, pois a política não é uma ciência exata, e outro fator já apontado também por Tude (2010, apud Simon, 1957) é a racionalidade limitada dos agentes, não é possível ter total conhecimento de todo contexto do problema na sociedade.
- Incrementalismo – Abordagem semelhante ao modelo de racionalismo, todavia prevendo a racionalidade limitada dos agentes, considera os efeitos das políticas públicas não seja uma ação exata e que também nem todos os fatores sejam disponíveis para concretização da ação, ou seja, pode não existir verba suficiente nem tempo para avaliação total dos impactos em todas as esferas da ação, e busca da melhor forma atender essa necessidade, mediante os recursos disponíveis, seja recursos técnicos, financeiros ou demais aspectos, Tude (2010).
- Teoria dos jogos – No âmbito da política pública, o conceito da teoria dos jogos se aplica nas situações em que o governo tenha que tomar decisões ao qual há necessidade também de interação de outros agentes, sendo assim necessário tomar as decisões que avalie a melhor situação levando em consideração o que os demais agentes possam fazer também, Tude (2010).

Por outro lado, também podemos observar os apontamentos de Souza (2002) sobre alguns modelos de formulação e análise de políticas públicas:

- Tipo de política: Souza (2002, apud, Theodor Lowi, 1964; 1972) – A política pública faz a política, ou seja, as ações irão ter pontos positivos e negativos, podendo assumir formatos diferentes: Política distributiva (Recursos limitados, distribuição beneficiando individualmente do que coletivo, no geral, exemplo patrimonialismo), Políticas regulatórias (Burocracia e organização), Política redistributivas (políticas sociais universais), políticas constitutivas.
- Incrementalismo: Souza (2002, apud, Lindblom 1979, Caiden e Wildavsky 1980 e Wildavsky 1992) – As políticas não partem do zero, mas sim é incrementada com que já existe, com pouco incremento, é o impacto que decisões atuais tenham impacto no futuro (restrições).



- O ciclo da política pública: Souza (2002, apud, Cohen, March e Olsen 1972) – Estágios de definição da agenda, alternativas, opções e seleção, implantação e avaliação. Definição de como os temas entram na agenda, é guiado por três fatores essenciais: o foco no problema, foco na política, foco nos participantes, ou seja, em resumo, analisa-se o problema em questão, como a política irá agir nessa formação (representação e escolha, ideologias, etc) e por fim quem serão os participantes, se serão visíveis ou invisíveis, os visíveis obviamente destacam melhor para entrar na agenda como prioridade; os invisíveis, em alternativa.
- Lata de lixo: Souza (2002, apud, Cohen, March e Olsen 1972) – Muitos problemas e poucas alternativas, basicamente se escolhe as que são possíveis de solução, baseado nos recursos disponíveis para tal.
- Coalizão de defesa: Souza (2002, apud, Sabatier e Jenkins-Smith, 1993) – Defendido por coalizões (grupos de interesse), seja por seus valores, crenças ou ideais que defendam.
- Arenas sociais – Os políticos sejam capazes de empreender seus interesses e convencer que algo precisa ser feito prioritariamente e outros nem tanto, para isto precisam demonstrar alguns fatores aos demais: Divulgação do tamanho do problema, repetição do problema, resultados anteriores negativos (esses são capazes de colocar o problema na agenda).
- Modelo de equilíbrio interrompido: Souza (2002, apud, Baumgartner e Jones 1993) – baseado em princípios da biologia (períodos de estabilidade, interrompido pela instabilidade, geram mudanças nas políticas anteriores) e Computação (capacidade limitada de processamento da informação)
- Influência no novo “gerencialismo público” – Políticas públicas voltadas para eficiência, dando maior credibilidade. Se deu sobre a influência redistributiva e distributiva dos governos, assim a eficiência seria um modo de “segurança” para intermediar os cenários e não deixar que sejam tomados por anseios próprios, mas sim que seja eficiente, prevalecendo o melhor contexto. Exemplo claro é no reflexo das políticas monetárias, ao qual precisam ser eficientes à risca.

Definindo melhor o ciclo político que as políticas públicas são realizadas, Tude (2010, apud, Frey 2000) realiza a separação de etapas conforme sequência:

- Percepção do problema: Avaliação dos problemas públicos, mediante todas as demandas;
- Agenda: Avaliar se o problema será prioridade ou será resolvido em outro momento;
- Decisão da solução: decidir qual é a melhor solução para o problema;
- Implantação: concretizar e executar a solução escolhida;
- Avaliação: Análises e reflexão dos resultados da execução do programa, se foi atendido o proposto e custo *versus* benefício na sociedade e na política.

Mediante o contexto teórico até aqui apresentado, podemos observar uma evolução histórica teórica acerca da origem da necessidade de analisar as ações de políticas públicas, bem como a contextualização e situação que essas políticas enfrentam perante a sociedade e esfera política, desde a definição até mesmo a legitimidade da ação pelo governo.

Sendo assim, ampliando e direcionando o referencial teórico ao tema proposto neste trabalho, é preciso avaliar a literatura a respeito da gestão de recursos hídricos, e Ferreira, Silva e Pinheiro (2008, apud, Campos; Vieira, 1993, p84) relata que a gestão das águas é a forma que se tenta elucidar os problemas de escassez da água. Sendo que este gerenciamento se faz necessário conhecimentos, desde a hidrologia local até o âmbito jurídico para execução das ações.

A manutenção dos recursos hídricos em uma sociedade, tem objetivos sociais, físicos e econômicos. Equilibrar estes fatores é aproveitar os recursos naturais disponíveis e conduzir a manutenção dos mesmos, bem como, que outros aspectos como a sociedade, economia e impactos ambientais não sejam afetados, ou seja, é a equalização entre a necessidade de manter os recursos hídricos disponíveis a todos, sem que isto impacte o meio ambiente e nem os demais fatores que envolvam esta política.

De forma sucinta, a manutenção dos recursos hídricos passa por três pilares teóricos: Planejamento, regulamentação e administração. Sendo assim, compreende-se que determinada problemática seja analisada e planejada sua solução (faz-se necessárias equipes compostas de pessoas qualificadas e especializadas nas áreas envolvidas, para definição de soluções e análise da situação), posteriormente a forma desta solução seja legitimada juridicamente a ação (caso necessite ou se é apenas o cumprimento de uma legislação já existente) e por fim conduzida para execução física da ação.

As execuções do gerenciamento dos recursos hídricos possuem cinco funções:

Uso setorial da água: Setor específico de utilização/destinação (público, industrial, irrigação, navegação, etc.);

- ✓ Interinstitucional: procura interligar e articular todas as instituições relacionadas neste processo;
- ✓ Intervenção na bacia hidrográfica: Compartilhamento e planejamento entre os setores sobre o uso dos recursos hídricos;
- ✓ Oferta de água: Gerenciamento setorial do uso da água pelo poder público (definição de quais áreas, setores, serão beneficiados);
- ✓ Ambiental: Monitoramento, administração e fiscalização para cumprimento da qualidade e proteção ambiental, previstos na legislação.

Em análise o histórico brasileiro da gestão das águas doces, foi pontuado três modelos de gestão, segundo Ferreira, Silva e Pinheiro (2008, apud, Lanna 1995b, Yassuda 1989):

- Burocrático: Criação de muitas leis e regulamentações gerais acerca do uso e proteção ambiental. O resultado disso foi uma burocratização do processo e destinação a aprovação dos órgãos competentes, deixando em risco a operacionalização do processo assim como interdição, multas, morosidade da ação. A grande falha ou empecilho deste modelo é dar muita importância aos termos formais deste processo, ou seja, uma preocupação excessiva na burocracia e formalização legal, em detrimento da ação física da gestão, prejudicando todo fluxo e conseqüentemente aqueles que mais aguardam tais ações.
- Econômico: Neste modelo, caracteriza-se o aspecto da promoção de empregos como meio de desenvolvimento econômico, seja no âmbito regional ou nacional. Por um lado, este modelo pode ser voltado para áreas mais específicas, e em outro prisma áreas mais interligadas ao desenvolvimento integrado, ou seja, obras que envolva todo complexo hidrográfico em questão.
- Integração participativa: Modelo atualizado em que sua estratégia é a integração dos quatro pilares de negociação social: Econômica, política direta, política representativa e jurídica Ferreira, Silva e Pinheiro (2008). Neste direcionamento são utilizados três elementos: Planejamento por Bacia hidrográfica, deliberações e recursos legais e financeiros. Um fator de análise relevante neste modelo é que o mesmo se caracteriza por sua flexibilidade entre as áreas envolvidas, nem tão estático quanto o modelo burocrático, nem tão ambicioso politicamente como o modelo econômico, e que nesse

modelo prevalece o poder de negociação política entre os agentes, com o mesmo propósito.

Não basta somente realizar políticas públicas direcionadas a utilização dos recursos hídricos, é preciso também fazer a gestão dos recursos hídricos naturais, contrapondo dois lados: Um lado da oferta, ao qual o governo é incisivo na aplicação de investimentos nas construções e manutenção direcionadas a sustentar o suprimento de água, *versus* o lado da demanda, controlar de forma racional e legal que a oferta de água seja utilizada da forma correta e contínua (na medida do possível, mediante recursos naturais). Vale destacar também a responsabilidade da qualidade da água e impactos ambientais caso existam, que todas as ações sejam bem planejadas minimizando ou exterminando os riscos de possíveis desastres ambientais.

Sobre as legislações que regem as responsabilidades do governo sobre as políticas de recursos Hídricos temos três fatos marcantes.

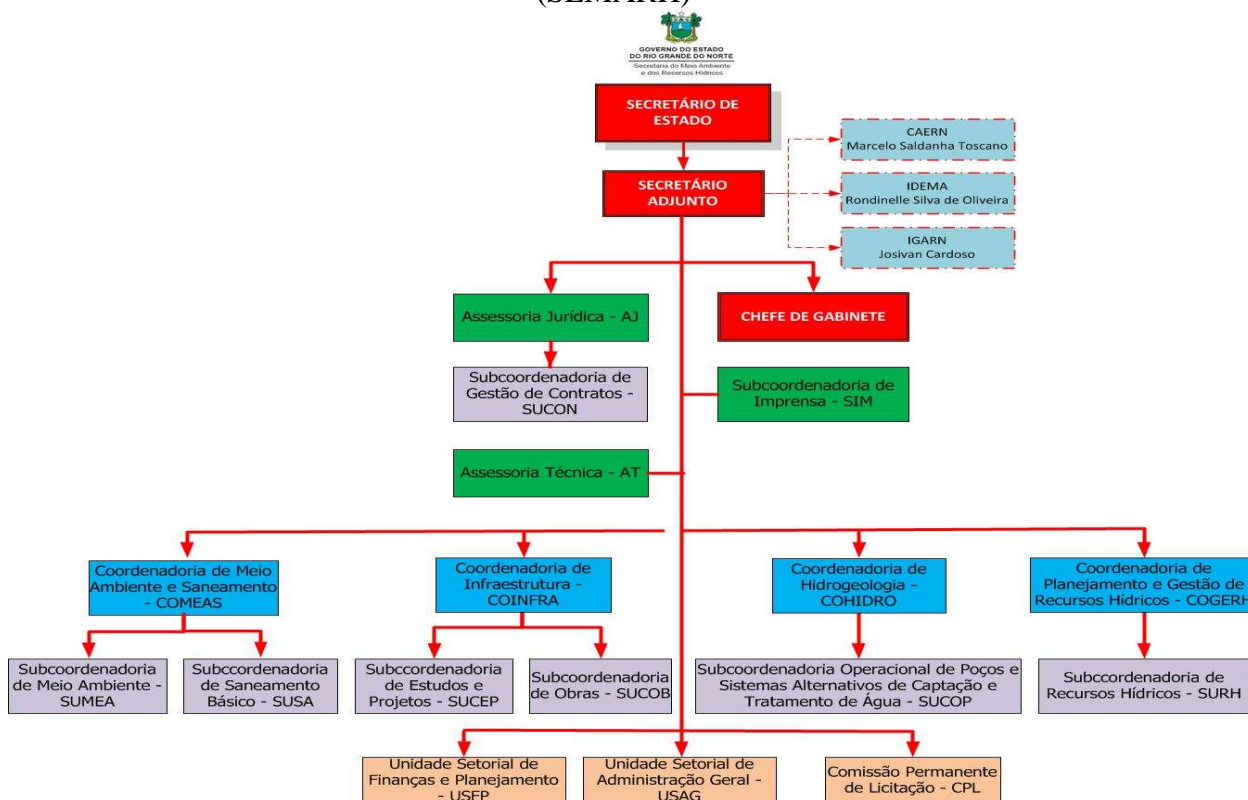
Primeiramente foi instituído em 1934 o Decreto Federal Nº 24.643 denominado como Código de Águas, que determinava o uso comum de águas públicas em todas suas origens e suas devidas segregações de utilização e responsabilidade, entre o que de direito da União, estadual e municipal. O ponto relevante no contexto deste trabalho é a competência administrativa disposta no capítulo VII, que permite a administração do Estado no uso comum das águas.

No âmbito Estadual tivemos a implementação da Lei estadual 6.908/96 (Rio Grande do Norte) em 1996 que estabeleceu a Política Estadual de Recursos Hídricos buscando o gerenciamento e desenvolvimento dos recursos hídricos estadual, sendo prioridade o abastecimento e distribuição a população. Como instrumentos de gerenciamento foram dispostos o Plano Estadual de Recursos Hídricos, Fundo Estadual de Recursos Hídricos, outorga legislações, cobrança do uso da água. A lei ainda dispõem no Art. 5º sobre a responsabilidade do Estado em manter atualizado o Plano de Recursos Hídricos e assegurando recursos financeiros (mecanismos), no entanto a última atualização foi realizada em 2008, no Art. 8º foi criado o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNERH) vinculado à Secretaria de Recursos Hídricos e projetos especiais, responsável pela gestão administrativa e orçamentária. Como fonte de recursos para FUNERH seriam: Tesouro estadual e municipal, transferências da união, compensação financeira de uso hidroenergético no território estadual, 2% pela compensação da extração mineral, cobrança do uso, entre as principais fontes de arrecadação.

No Art. 19 ficou estabelecido que para condução das políticas estaduais de recursos hídricos, o Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Hídricos (SIGERH), montado sobre: Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CONERH); Secretária Estadual de Recursos Hídricos e Projetos Especiais (SERHID); Comitê de bacias hidrográficas.

Atualmente a Secretária Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos dispõem da seguinte composição:

Organograma 1: Estrutura Secretaria Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH)



Decreto n.º 25.366 de 22 de julho de 2015 – Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos e dá outras providências

Fonte: SEMARH

Existindo duas ramificações: o Instituto de Gestão das Águas que tem a missão de executar as políticas estaduais de recursos hídricos (caráter técnico) e a CAERN que tem o foco do abastecimento e distribuição de água a população.

O Estado do Rio Grande do Norte antecipou-se a um movimento natural da união que já sinalizava a importância da descentralização da responsabilidade das políticas dos recursos hídricos, ao qual em 1997 foi estabelecida a Lei Nº 9.433/97 que instituía a Política Nacional dos Recursos Hídricos, focando a descentralização da união a gestão dos recursos hídricos

para os Estados, assegurando todos os direitos básicos do uso da água para população, conforme já havia sido sinalizado no decreto 24.643/1934. Na prática essa Lei Estadual já abrangia todas as obrigações e responsabilidades destacadas na Lei Federal, ao qual o Estado assumia as obrigações de realizar toda gestão dos recursos Hídricos de seu território.

## 2.1 HISTÓRICO GOVERNAMENTAL RN – PÓS LEI

A Lei estadual 6.908/96 (Rio Grande do Norte) foi assinada pelo então governador Garibaldi Alves Filho, eleito em Janeiro de 1995 e ficou no cargo até Abril de 2002, onde seu suplente Fernando Freire assumiu até o fim do mandato em Dezembro 2002.

Em Janeiro de 2003 tomou posse a governadora Wilma de Faria, que deixou o cargo em Março de 2010 para o sucessor Iberê Ferreira seguindo no cargo até Dezembro de 2010.

Na sequência em Janeiro de 2011, foi eleita a governadora Rosalba Ciarlini ficando no cargo até Dezembro de 2014 para na sequência assumir o atual governador do Estado, Robson Faria, assumiu o cargo em Janeiro de 2015 e em exercício até o presente trabalho.

Compreender os governantes no período analisado, pode auxiliar na interpretação das análises dos programas realizados e diretrizes adotadas em cada período.

## 2.2 INSTITUIÇÕES: FORMAÇÃO DA SEMARH E SUA ESTRUTURAÇÃO

A lei complementar nº 340 regulamentou a consolidação da atual Secretária de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH) com os três órgãos já vinculados a esta, sendo: Idema, Igarn e Caern.

A SEMARH em sua função tem como responsabilidade de gestão dos Recursos Hídricos do RN: Infraestrutura, gestão, abastecimento e preservação da água, e gerenciamento.

Para isto a SEMARH possui ramificações direcionadas para cada ponto estratégico, tais como:

- ✓ CAERN – Distribuição de água para consumo da população, provenientes das fontes existentes (poços, açudes, adutoras, etc.);
- ✓ IDEMA – Preservação dos mananciais e políticas do meio ambiente estadual;

- ✓ IGARN – Gerenciamento dos volumes disponíveis e cotas para uso (setores operacionais, manutenção, monitoramento, suporte técnico, etc.).

Diagrama 1: Interação das instituições da SEMARH



Fonte: SEMARH

### 3 PROGRAMAS E POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS – RECURSOS HÍDRICOS RN

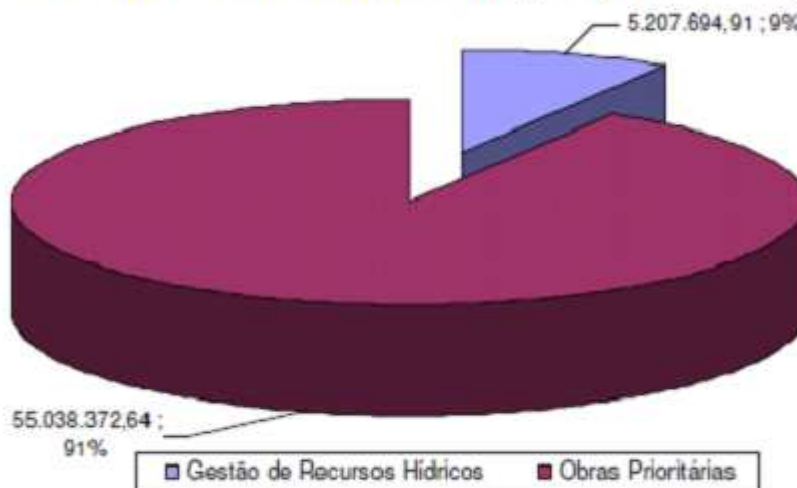
Em uma evolução histórica pode se perceber os programas que foram implantados no RN voltados para os recursos hídricos do Estado, logo no início após a implementação da Lei estadual 6.908/96 (Rio Grande do Norte) era normal uma transição dos programas já existentes na esfera Federal e ao longo do tempo fossem assumidos e implementação de outros já na esfera Estadual, prevalecendo a legislação, tornando o Estado mais responsável por esta ação.

Na relação de programas que tiveram essa transição e antecederam os programas Estaduais temos: Proágua Semi-Árido, Programa de combate à desertificação, Programa Água doce, Programa de desenvolvimento energético de estados e municípios, Programa Plurianual do RN, esses programas tinham como foco as necessidades do Agreste e Sertão Potiguar.

- ✓ Proágua Semi-Árido: O foco desse programa foi ampliar a oferta de água em boas condições de uso, com a racionalidade sustentável deste recurso hídrico, mantendo o desenvolvimento sustentável da região. A prioridade do abastecimento seria nas

regiões rurais as quais tinha maior incidência de famílias com baixa renda, para isto, o governo seria responsável por esta gestão sustentável para administração, obras e manutenção para o abastecimento de água nas regiões afetadas.

**Gráfico 1: Gastos totais Proágua (1998-2005)**



Fonte: SEMARH

Destaque para o montante investido em Obras, as adutoras de Mossoró e Serra de Santana, além da manutenção de programas vigentes no período: Programa de abastecimento de água de pequenas comunidades, poços e dessalinizadores, Programa de Criação da associação de usuários de Água, entre outros.

- ✓ Programa de combate à desertificação: Apoio para projetos que visavam combater à desertificação, com projetos para o desenvolvimento local via infraestrutura e geração de renda, capacitação e treinamento de políticas regionais, as linhas de financiamento eram provenientes da Holanda, com valores entre 30 Mil a 150 Mil reais (Edital nº 08/2001). E como mais uma opção de financiamento, existiam os projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia, com recursos do Fundo Setorial de Recursos Hídricos, em torno de 40 Milhões de reais, todavia os projetos teriam que ter o aspecto científico, tecnológico e inovador.
- ✓ Água doce: Oriundo do programa federal “Água Boa” criado em 1997, visava à ampliação da oferta de água de boa qualidade principalmente nas áreas com menos acesso a água, e como área alvo também o Semi-Árido brasileiro (RN também). Este



programa também fez parte de uma das metas do governo federal juntamente com os programas Fome Zero e Sede Zero. O foco do programa Água Doce foi estimular a utilização de técnicas para purificação da água, juntamente com outros agentes: ONG's, Universidades, e agentes financiadores (cooperação Nacional e internacional). Como técnicas utilizadas no programa: Dessalinizadores de água, poços subterrâneos tubulares e sistemas produtivos sustentáveis com a utilização de água dessalinizada. Incorporado a esse programa federal, houve o programa estadual Água de beber, que tinha objetivo de instalação e manutenção dos dessalinizadores para benefício de aproximadamente 20.000 habitantes no sertão potiguar.

- ✓ Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (PRODEEM): Este programa foi implementado pelo Governo Federal em 1994 estimulando fontes renováveis de energia, principalmente a energia solar. O tema era muito estimulador na época, pois países como EUA, Holanda, Japão e Alemanha produziam energia por meio de usinas termoelétricas a carvão, uma fonte poluente e cara, e o Brasil pelo seu território e geografia possui elevados níveis de irradiação solar durante longo período do ano, poderia se beneficiar dessas tecnologias. Isto entra no contexto hídrico a medida que o Governo investiu em sistemas fotovoltaicos para bombeamento de água de poços e energia local. Em 2003, o programa sofreu uma reestruturação para atualização de diretrizes, tais como pontos principais: recuperação dos sistemas existentes e instalação nas regiões ainda faltantes, capacitação de agentes e prestadores de serviço local para operação e manutenção do processo.
- ✓ Plano Plurianual do Estado do Rio Grande do Norte: Programa aprovado no período de 2004 – 2007 para execução de diversos serviços, abaixo o quadro de recursos previstos no período:

**Tabela 1: Detalhamento de gastos Programa Plurianual do RN**

<b>Componente</b>	<b>Recursos Financeiros (em mil reais)</b>
Construção, Ampliação e Recuperação de Adutoras e Canais	134.777
Construção, Ampliação e Recuperação de Barragens e Açudes	106.180
Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água Comunitários	4.439
Construção, Ampliação e Recuperação de Poços, Dessalinizadores e Cisternas	17.172
Operação e Manutenção da Infra-estrutura Hídrica	2.500
Retificação e Conservação de Canais Naturais	7.160
Reuso de Águas	15.600
Implantação de Projetos Hidroagrícolas	44.000
Pesquisa de Recursos Hídricos	5.300
Gestão de Recursos Hídricos	18.278
Reestruturação Organizacional da SERHID	370
Combate à Desertificação	6.000

Fonte: SEMARH

Nos tempos atuais quatro programas vigentes, sendo um deles (Programa Água Doce) continuado dos programas já citados, entre os outros temos: Programa Água para todos, Programa semiárido potiguar e Programa estadual Resíduos Sólidos.

- ✓ Programa Água para todos: Custos previstos em aproximadamente 23.669 Milhões de reais para investimentos na recuperação e manutenção dos sistemas coletivos de abastecimento de Água (poços, caixas d'água coletivas, etc.) e contenções para água da chuva como barreiros por exemplo;
- ✓ Programa semi-árido potiguar: Atualmente este é o principal foco entre os programas em pauta ou vigente no âmbito hídrico do RN, o programa tem um custo previsto em torno de 47.900 Milhões de reais que tem como objetivo a conservação e reestruturação da infraestrutura Hídrica do Estado, recuperação e estudos das bacias Hidrográficas estaduais. O ponto chave deste programa é o cunho de responsabilidade sustentável e preservação ambiental das ações, que visam à recuperação e preservação ambiental das áreas envolvidas, bem o desenvolvimento sustentável dos recursos hídricos.
- ✓ Programa Estadual de Resíduos Sólidos: Os custos deste programa giram em torno de 3.087 Milhões de Reais, que tem como abrangência os planos intermunicipais das regiões Seridó, Alto Oeste, Agreste e Vale do Açu.

### 3.1 FONTES DE FINANCIAMENTO

Para execução das obras e programas, os recursos financeiros são obtidos por intermédio de três agentes importantes: Recursos Federais, Recursos Estaduais e Financiamentos Estrangeiros (principalmente Banco Mundial).

Devido a atual situação financeira do Estado, não é possível neste momento a captação de novos empréstimos (estrangeiros), comprometendo-se também o desenvolvimento para novos programas, sobrando assim uma responsabilidade para recursos federais ou estaduais.

### 3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS ADOTADAS NOS RECURSOS HÍDRICOS DO RN: UMA ANÁLISE DOS PROGRAMAS REALIZADOS

No decorrer dos programas citados, é perceptível identificar uma linha de política pública adotada pelo governo, principalmente na esfera Federal, ao qual teve participação relevante em quase metade do período analisado.

Primeiramente em caráter geral, foi detectado políticas públicas de abrangência redistributivas conforme ambas descrições de Souza (2002) e Tude (2010), ao qual, no âmbito do referencial teórico é caracterizado pela sua característica de atender maior parte da sociedade sem beneficiar especificamente algum grupo, assim é caracterizado os programas no início do período analisado, o Estado não tinha uma estrutura eficiente e abrangente de distribuição de água, nem o consumo básico, assim, os programas Próágua Semi-Árido e Programa de combate à desertificação tiveram esse objetivo, prioritariamente atender aqueles que tinham pouco acesso, ou nenhum, a água para consumo, isto desenvolveu uma infraestrutura básica para este atendimento, tais como adutoras, poços e outros reservatórios.

Também é importante observar que desde a criação da Lei estadual 6.908/96 (Rio Grande do Norte) o intuito foi regulamentar burocraticamente as políticas e responsabilidades sobre os Recursos Hídricos no Estado do RN, isto também faz parte da política pública, regulamentar as obrigações e deveres do Estado e como se portar nesse cenário.

Como modelo teórico, as políticas no início do período analisado se assemelham ao modelo do Incrementalismo, destacado por Tude (2010, apud, Simon 1957), no qual descreve que o Governo ou agente executor não detém total conhecimento e recursos financeiros ou técnicos para concretização da ação necessária, sendo assim, é feito o suficiente mediante as circunstâncias expostas com o intuito de melhorar ou atender ao máximo o que busca, neste caso analisado a política pública dos recursos hídricos inicialmente na distribuição de água aos grupos e locais que não tinham acesso no início do período analisado, então qualquer desdobramento da política e estrutura naquela situação seria de grande valia a população, visto que já convivia em uma condição de escassez.

Nessa primeira etapa analisada dos programas Próágua Semi-Árido e Programa de Combate à Desertificação podemos compreender que o intuito do governo era atender e combater uma necessidade básica da população, que era o acesso a água potável, principalmente nas regiões do interior do Estado, neste contexto muitos KM de adutoras foram construídos, poços entre outras ações “emergenciais” para ação mais rápida, a partir desse acesso básico da população à água, temos uma etapa posterior a ser analisada.

Ferreira, Silva e Pinheiro (2008), reforça um ponto especial sobre as políticas públicas, que é a preocupação em equalizar vários fatores da política para que o resultado seja o mais satisfatório em todos os itens, entre eles os aspectos sociais econômicos da população e também a preservação do meio ambiente, neste cenário os programas que vieram posteriormente a primeira etapa de distribuição e acesso a água da população no interior do Estado, buscou atingir esta etapa, de desenvolvimento da qualidade da água como o programa Água Doce que tinha este objetivo, e os programas: Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (PRODEEM) e Programa Semi-Árido que buscava ações com responsabilidade e preservação ambiental, o PRODEEM teve uma percepção interessante neste aspecto, que visou explorar o fator positivo em nossa região que é a incidência de irradiação solar, para produção de energia solar capaz de alimentar os geradores locais que bombeava água para população.

Neste contexto os demais programas citados como Plano Plurianual do Estado do Rio Grande do Norte, Programa Água para todos e também novamente o Programa Semi-Árido, tiveram ou têm ainda como objetivo a manutenção das estruturas já existentes ou ampliações, mas o principal objetivo de continuação das infraestruturas instaladas, porém com um cunho

mais atualizado com respeito ao meio ambiente, e também recursos financeiros com planejamento racionalizado, pelo menos em todos os projetos existe uma parte destinada para a elaboração do projeto assim, é possível a análise mais adequada de quais impactos e benefícios as determinadas políticas podem vir a trazer a população, desta forma coincide com a o pensamento teórico Ferreira, Silva e Pinheiro (2008, apud, Campos; Vieira, 1993, p84), que descreve a gestão hídrica como uma forma para combate da escassez de água, porém necessário gerenciamento hidrológico, burocrático e social da situação e cenário.

Diante de todos estes programas citados e como são interpretados por uma ótica da política pública, é relevante destacar o papel das instituições no RN que ajudaram e continuam a apoiar a elaboração e execução das obras e políticas determinadas pelo governo, já citadas anteriormente como CAERN, IDEMA e IGARN. Todas se complementam entre si, assim como demonstrado no Diagrama 1, o IDEMA regulamentando e monitorando a situação ambiental dos projetos dando veracidade a responsabilidade ambiental apresentada nos programas acima, o IGARN sendo responsável pela manutenção e execução da parte física das obras aprovada pelos projetos, etc., e por fim a CAERN responsável pela distribuição da água a população, sendo assim, as instituições têm papel importante na execução das políticas, conforme apontado por Tude (2010), compreendemos como uma cadeia de responsabilidades e ações, e cada área tem sua função e importância no mesmo.

Apontado os programas acima, é importante destacar também a origem dos recursos financeiros utilizados, em sua maioria recursos Federais da União ou Bancos Internacionais, demonstrando certa incapacidade de investimentos por parte do Estado do RN, no qual é o responsável por tal gerenciamento Hídrico do Estado, conforme disposto em Lei estadual 6.908/96 (Rio Grande do Norte), objeto de estudo deste trabalho.

Mediante ao exposto sobre os principais programas dos recursos hídricos, suas aplicações e afins, notamos que os programas de maior impacto para população foram ainda sobre o embalo dos programas federais, estes principalmente na transição de responsabilidades pós Lei estadual 6.908/96 (Rio Grande do Norte), após esse período da implementação destes programas, as responsabilidades Estaduais tiveram menor impacto, se comparado aos investimentos Federais, isto provavelmente devido ao aporte financeiro do Estado ser inferior ao Federal por questões óbvias de arrecadação, mas é relevante como isto impactou para o desenvolvimento dos Recursos Hídricos do Estado do RN, que

geograficamente é conhecido pelos problemas de escassez de água, mas após 20 anos da Lei que regulamentou a responsabilidade do Estado, este problema ainda vem à tona a cada período de estiagem, o Estado do RN não possui um política integrada que consiga atender suficientemente toda população sem ter prejuízos sociais a eles, é passível a compreensão que na responsabilidade do Governo Federal as obras que demandasse maior aporte financeiro seria mais fácil de captar que na Esfera Estadual, destacando-se que atualmente, a situação é mais alarmante, pois o País em si vive uma crise econômica e o Estado do RN também, o que dificulta ainda mais a captação de recursos para novos projetos, impactando no planejamento das políticas públicas dos recursos hídricos.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em questão teve como objetivo central analisar as políticas públicas utilizadas nos recursos hídricos do RN nos últimos 20 anos (1996 – 2016), período este após implementação da Lei estadual 6.908/96 (Rio Grande do Norte) ao qual regulamentou as responsabilidades para o Estado sobre os recursos hídricos, anteriormente a responsabilidade era na esfera do governo Federal.

Ficou evidenciado que o objetivo de cada programa tinha uma finalidade específica, conforme a situação atual da região em questão, prioritariamente logo no início do período analisado e mediante a situação arcaica que Estado tinha das estruturas hídricas, notamos que o foco seria atender àqueles que não tinha pouco ou nenhum acesso à água potável, ou seja, medidas emergências para sobrevivência da população em determinadas regiões, posteriormente a esta etapa de acesso a água, os demais programas de forma mais suscinta, tiveram como objetivos tentar melhorar os controles, distribuição e qualidade da água, bem como os demais recursos naturais envolvidos, uma visão mais de qualidade do acesso a água.

O que notamos ser a causa mais evidente de quase todos os anos o estado do RN sofrer com a escassez de água, foi justamente a ausência de um plano ou projeto de Recursos hídricos que pudesse prevenir os grandes períodos de seca no Estado, já que é de conhecimento sobre a geografia do Estado, logo era de esperar políticas mais inovadoras no que diz respeito a conservação e captação da água, dos períodos mais chuvosos que perpetuassem durante os períodos de estiagem até o novo período de chuvas, mas analisando os programas em questão, notamos que o perfil dos programas tinha um caráter mais social de socorro a população do que planejamento em combater as futuras secas, buscando inovação em novas tecnologias e técnicas hídricas.

Porém, não podemos omitir que a situação financeira do Estado não foi favorável a grandes investimentos, o mais alarmante é a atual situação, que devido as dívidas do Estado, o mesmo não consegue obter empréstimos para obras, o que dificulta ainda mais novas políticas e até mesmo a manutenção das já existentes, deixando o Estado praticamente dependente dos recursos federais, que também não são favoráveis atualmente devido à crise do país, contudo no período de investimentos federais houve avanços nas políticas locais, como foi possível observar.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Nº 24.643, de 10 de Julho de 1934. Decreta o Código de Águas. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d24643.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d24643.htm). Acesso em 30 Set 2016.

BRASIL. Lei Nº 9.433, de 8 de Janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm). Acesso em 30 Set 2016.

DANTAS, Paulo Henrique Nogueira. Fundamentos da Gestão de Recursos Hídricos no Rio Grande do Norte. 53 f. Monografia – Campus Angicos, Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA. Angicos-RN 2013. Disponível em: <http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/232/TCC%20FINAL%20WORD5.pdf>. Acesso em 10 Out 2016.

Estrutura SEMARH. Disponível em: <http://www.semarh.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=17497&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=A+Secretaria>. Acesso em 09 Out 2016.

FERREIRA, M. I.P.; SILVA, J. A. F. da; PINHEIRO, M. R. de C. 2008. 7 Políticas públicas e gerenciamento de recursos hídricos. Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego, v. 2, Nº Jul/Dez 2008. Disponível em: <http://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/boletim/article/view/244/227>. Acesso em 02 Out 2016.

FREITAS, M.; RANGEL, D.; DUTRA, L.; (2001). Gestão de Recursos Hídricos no Brasil: A experiência da Agência Nacional das Águas. In: Gobierno de Chile. Instituto Interamericano de Cooperacion para la Agricultura Agua, Vida y Dessarollo. Santiago de Chile, IICA, oct. p. 1-10 III Encuentro de las Aguas, Santiago de Chile, 24-26 oct. Disponível em: <http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/encuen/freitas.pdf>. Acesso em 02 Ou 2016.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Publicas (IPEA), Brasília, 21, 211-259. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/158>. Acesso em 29 Set 2016.



Legislações Estaduais do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Disponível em: <http://www.semarh.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=PASTAC&TARG=1007&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Gest%E3o>. Acesso em 07 Set 2016.

Lista de governadores do Rio Grande do Norte. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_governadores\\_do\\_Rio\\_Grande\\_do\\_Norte](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_governadores_do_Rio_Grande_do_Norte). Acesso em 15 Out 2016.

OLIVEIRA, M. A.; BARBOSA. E. M.; NETO, J. D. 2013. Gestão de Recursos Hídricos no Rio Grande do Norte: Uma análise da implementação da política hídrica. HOLOS, Ano 29, Vol 1. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/1186/634>. Acesso em 29 Set 2016.

Portal da Transparência RN. Disponível em: <http://www.transparencia.rn.gov.br/>. Acesso em 30 Set 2016.

Plano Estadual de Recursos Hídricos realizados em 2008. Disponível em: <http://www.semarh.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=17389&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Gest%E3o>. Acesso em 07 Set 2016.

PORTO, M. F. A.; PORTO, R. L. L. 2008. Gestão de Bacias Hidrográficas. Estud. Av. Vol. 22 no. 63 São Paulo. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142008000200004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000200004). Acesso em 02 Out 2016.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei nº 6.908, 01 de Julho de 1996. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, Institui o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos e dá outras providências. Disponível em: <http://www.programaaguaazul.rn.gov.br/pdf/6908-96.pdf> Acesso em 09 Out 2016.

Secretária Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH. Programa de desenvolvimento Sustentável e convivência com o Semi-árido Potiguar. Relatório de Avaliação Ambiental – RAA.TCBBR. Rio Grande Do Norte. Novembro 2005.

Secretária Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH. Programa de desenvolvimento Sustentável e convivência com o Semi-árido Potiguar. Relatório do

programa. Quinto relatório de assessoramento técnico – RAA.TCBR. Rio Grande Do Norte. Janeiro 2006.

Secretária Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH. Programa de desenvolvimento Sustentável e convivência com o Semi-árido Potiguar. ESTUDOS DE ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL E PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL DO SISTEMA GESTOR SEMARH-IGARN E DE ATUALIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO ARCABOUÇO LEGAL PARA A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DO RIO GRANDE DO NORTE. Relatório Síntese. Rio Grande Do Norte. Abril 2010.

Secretária Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH. Planos de abastecimentos e demandas hídricas do RN. Slides feitos por: Carlos Nobre. Coordenador da UGP/PSP/SEMARH.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, Ano 8, Nº16, Jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em 28 Set. 2016.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: conceitos, tipologias e subáreas. Trabalho elaborado para a Fundação Luís Eduardo Magalhães. São Paulo, 2002. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/001-%20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf>. Acesso em 28 Set. 2016.

SOUZA, A. C. M.; SILVA, M. R. F. da; DIAS, N. da S. 2012. Gestão de Recursos Hídricos: O caso da bacia hidrográfica Apodi/Mossoró (RN). Irriga, Botucatu, Edição Especial, p. 280 – 296, 2012. Disponível em: <http://revistas.fca.unesp.br/index.php/irriga/article/view/453/250>. Acesso em 02 Out 2016.

TUDE, João Martins. Conceitos Gerais de Políticas Públicas. In: TUDE, João Martins; FERRO, Daniel; SANTANA, Fabio Pablo (Org.). Políticas Públicas. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2010. pp. 11-34. Disponível em: <http://www2.videolivrraria.com.br/pdfs/24132.pdf>. Acesso em 26 Set. 2016.

**ANEXO 1: Matriz de Projetos e Programas que Apresentam Interface com o Programa Estadual de Desenvolvimento Sustentável e Convivência com o Semi-Árido Potiguar**

Item	Nome do Projeto/ Programa	Órgão Gestor (es)					Recursos Envolvidos R\$ / US\$	Fontes de Financiamento	Estágio Atual			Objetivo (s)	Período de Implementação	Caracterização das ações/ intervenções propostas	População Beneficiada	Área de Atuação	
		Federal	Estadual	Municipal	Nome	Atribuição			Planejamento	Execução	Avaliação					Estado	Município (s)
1	Programa Água Doce	x			MMA	Financiamento	R\$ 6.000.000,00	MMA / SRH	x			Atuar em estados da região semiárida para melhorar a infraestrutura existente de dessalinizadores e o aproveitamento dos resíduos produzidos	2004/2007	Recuperação de 1500 sistemas de dessalinização que não estão funcionando, implantação de 500 novos sistemas de dessalinização, implantação de 22 unidades demonstrativas de criação de peixe e cultivos de plantas halófitas utilizando água do rejeito dos dessalinizadores, e implantação de 300 unidades produtivas de criação de peixe e cultivo de plantas halófitas utilizando água rejeito de dessalinizadores	120.000		58 Municípios enquadrados no Programa Fome Zero
			x		SERHID	Execução e operação											
2	Programa de Desenvolvimento Energético para Estados e Municípios - PRODEEM	x			MME	Financiamento	Não determinado	MME		Está parado		Executar a revitalização dos sistemas fotovoltaicos implantados nos estados	2004/2005	Cadastramento dos sistemas, diagnóstico ambiental e revitalização dos sistemas deteriorados	10.000	x	Municípios ainda não definidos
			x		SRHID	Execução e operação											
3	Esgotamento Sanitário das Bacias "E", "F" e "K" de Natal, bairros de Bom Pastor, Felipe Camarão e Cidade Nova		x		CAERN	Execução e operação	R\$ 20.000.000,00	Governo Alemão Banco KFW	x esperando assinatura do contrato			Instalação sistemas de esgotamento sanitário nas bacias E, F e K de Natal	4 anos a partir da assinatura do contrato	Implantação de ligações, rede coletora e sistemas de tratamento de águas residuárias	120.000		Natal
4	Programa Alvorada 2001	x			FUNASA	Financiamento	R\$ 11.000.000,00	FUNASA / MS		x esperando a liberação do recurso		Ampliação dos sistemas de abastecimento e esgotamento sanitário	2002/2004	26 intervenções de saneamento básico em 24 municípios	78.000		24 Municípios
			x		CAERN	Execução e operação											
			X		SESAP / RN	Apoio											
5	Programa Alvorada 2002	x			FUNASA	Financiamento	R\$ 8.630.000,00	FUNASA / MS	x esperando a liberação do recurso			Ampliação dos sistemas de abastecimento e esgotamento sanitário	4 anos após a assinatura do contrato	Intervenções de saneamento básico em 17 municípios (4 de abastecimento e 13 de esgotamento sanitário)	96.000		17 Municípios
			x		CAERN	Execução e operação											
			x		SESAP / RN	Apoio											

6	Programa Pró-Saneamento CEF		x		CAERN	Execução e operação	R\$ 169.751.403	Caixa Econômica Federal		x	Ampliação dos sistemas de abastecimento e esgotamento sanitário e desenvolvimento institucional	2004/2007	Intervenções de saneamento básico em 23 municípios (8 de abastecimento e 11 de esgotamento sanitário e 1 de desenvolvimento institucional)	559.503		25 Municípios
7	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - PRODETUR/NE - II	x					US\$ 64.508,01	BID		x	Desenvolvimento e consolidação da atividade turística no Pólo Costa das Dunas	5 anos	Ações de fortalecimento da capacidade municipal de gestão do turismo; planejamento estratégico, treinamento e infra-estrutura para o crescimento turístico; e promoção de investimentos do setor privado			10 Municípios
			x		Secretaria de Turismo / RN	Unidade Gestora										
8	Programa de Desenvolvimento Solidário		x		SEAS	Financiamento	R\$ 16.665.256,71 R\$ 9.491.000,00 R\$ 16.000.000,00	BIRD		x	Financiar subprojetos produtivos, de infra-estrutura econômica e social, de interesse das comunidades; possibilitar melhoria de renda e geração de trabalho; fortalecer a organização e participação dos beneficiários; favorecer o controle social; oferecer oportunidades de capacitação; e desenvolver a consciência de direitos e de cidadania	2003 2004 2005/2006	Financiamento de subprojetos produtivos, agrícolas e não agrícolas, ligados à produção e que possam contribuir para melhorar a renda e aumentar o número de empregos, e subprojetos de infra-estrutura econômica e social que visam melhorar as condições de vida da população	126.000	x	135 Municípios 155 Municípios
			x		SEAS	Execução										

Item	Nome do Projeto/ Programa	Órgão Gestor (es)				Recursos Envolvidos R\$ / US\$	Fontes de Financiamento	Estágio Atual			Objetivo (s)	Período de Implementação	Caracterização das ações/ Intervenções propostas	População Beneficiada	Área de Atuação		
		Federal	Estadual	Municipal	Nome			Atribuição	Planejamento	Execução					Avaliação	Estado	Município (s)
9	Plano Plurianual - 2004/2007		x		SERHID	Execução	R\$ 534.443.000,00	Estado do RN		x		Dotar o Estado de infra-estrutura hídrica capaz de atender à demanda de água d boa qualidade para o consumo humano, para a agropecuária, irrigação, indústria e serviços	2004/2007	Construção, ampliação e recuperação de adutoras e canais	Estado	x	
												Ampliar a capacidade de acumulação e oferta hídrica do Estado, por meio da construção, ampliação e recuperação de barragens e açudes para atendimento ao abastecimento, à irrigação e outras finalidades		Construção, ampliação e recuperação de barragens e açudes			
												Dotar as comunidades rurais de sistemas de abastecimento de água simplificados para suprir as carências hídricas do consumo humano e animal		Pequenos sistemas de abastecimento de água comunitários			
												Ampliar a capacidade de acumulação e oferta hídrica do Estado, por meio de construção, ampliação e recuperação de poços e cisternas para atendimento ao abastecimento, à irrigação e outras finalidades		Construção, ampliação e recuperação de poços, dessalinizadores e cisternas			
												Garantir o funcionamento normal da infra-estrutura hídrica do Estado		Operação e manutenção de infra-estrutura hídrica			
												Oferecer condições de aproveitamento agrícola e prevenir contra inundações das áreas ribeirinhas beneficiadas		Retificação e conservação de canais naturais			
												Proporcionar condições para um melhor reaproveitamento dos recursos hídricos		Reuso de águas			
												Proporcionar condições para um melhor aproveitamento dos recursos hídricos, visando o aumento de ofertas de produtos, bem como a geração de novos empregos		Implantação de projetos hidroagrícolas			
												Oferecer subsídios que permitam realizar o monitoramento do uso dos recursos hídricos do Estado		Pesquisa de recursos hídricos			
												Estabelecer um modelo de gestão que permita a otimização do uso racional dos recursos hídricos do Estado, por meio de estruturação organizacional e processo de capacitação		Gestão de recursos hídricos			
Oferecer condições de funcionamento satisfatório à SERHID	reestruturação organizacional																
Buscar conter e minimizar os efeitos do processo de desertificação insidente no Estado	Combate à desertificação																

Item	Nome do Projeto/ Programa	Órgão Gestor (es)					Recursos Envolvidos R\$ / US\$	Fontes de Financiamento	Estágio Atual			Objetivo (s)	Período de Implementação	Caracterização das ações/ Intervenções propostas	População Beneficiada	Área de Atuação	
		Federal	Estadual	Municipal	Nome	Atribuição			Planejamento	Execução	Avaliação					Estado	Município (s)
10	Programa Água de Beber		x		SERHID	Execução	R\$ 3.000.000,00	Estado do RN			x		Durante todo o tempo de Governo	Perfuração, instalação e recuperação de poços; instalação convencional, com dessalinizadores acoplados ou associado a painéis de energia fotovoltaica	103.000	x	
11	Subprograma de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos para o Semi-Árido Brasileiro - PROÁGUA / Semi-árido	x			ANA	Financiamento	R\$ 50.000.000,00	BIRD			x		1998/2005	Gestão de recursos hídricos, obras prioritárias, elaboração de estudos e projetos, gerenciamento, monitoria e avaliação, estruturação dos órgãos gestores, comunicação, educação e gestão participativa, e implantação do sistema de outorga e cobrança pelo uso da água	Estado	x	
			x		SERHID	Execução											
12	Modelo de Gestão dos Serviços de Saneamento na Área de Atuação da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó - ADESE - RN	x			ANA	Financiamento	R\$ 10.000.000,00	PROÁGUA / ANA			x		2003/2007	Diagnóstico, estudos de alternativas técnicas e projeto básico de abastecimento de água; estudos e estimativas para o modelo de gestão dos serviços de saneamento da zona rural do Seridó do RN			22 Municípios
			x		ADESE	Execução											
13	Plano de Desenvolvimento Turístico do Seridó		x		Gov RN	Execução	R\$ 1.450.000,00	SEBRAE			x		2004/2005	Elaboração de Plano Turístico da Região, subsidiado por diagnóstico e proposta de três novos produtos turísticos para o RN			7 municípios
14	Plano de Monitoramento de Qualidade das Águas das Bacias do Seridó e do Potengi (PNMA-II)	x			MMA	Financiamento	R\$ 95.000,00	MMA			x		2004/2005	Elaboração do Plano Estadual de Monitoramento da Qualidade da água de bacias hidrográficas prioritárias			Seridó / Bacia do Potengi
			x		IDEMA	Coordenação											

15	Núcleo de Desenvolvimento Sustentável - NUDES: Área piloto do Seridó nas comunidades rurais de Cachoeira, Cobra e Juazeiro		x		SERHID	Execução	Governo do RN	x	Implantação de área piloto para o desenvolvimento de atividades de promoção ao combate ao processo de desertificação	Durante todo o tempo de Governo	Implementação de barragens assoreadoras; diagnóstico ambiental da área, estudo de microbacia do rio cobra, reutilização de águas servidas; instalação de dessalinizadores e reutilização dos rejeitos para criação de peixes e incentivo à utilização de tecnologias voltadas às atividades econômicas que não contribuam com a aceleração do processo de			Municípios de Parelhas no Seridó		
16	Plano de Ação Estadual de Combate à Desertificação	x			MMA	Financiamento	MMA	x	Promover a implementação de ações articuladas no controle e no combate à desertificação	2004/2005	Implementação de ações de redução da pobreza e da desigualdade; ampliação sustentável da capacidade produtiva; conservação, preservação e manejo sustentável dos recursos naturais; e gestão democrática e fortalecimento institucional		x			
			x		SERHID	Execução										
17	Levantamento da situação dos Perímetros Irrigados dos Estados do Rio Grande do Norte e Paraíba	x			MI	Financiamento	10.774.000,00	MI	x esperando assinatura do convênio	2005	Levantar dados e informações sobre a situação dos projetos de irrigação para elaborar o diagnóstico dos Perímetros Irrigados sob a responsabilidade do DNOCS e dos Estados do Rio Grande do Norte e Paraíba	Implementação de ações de administração, operação e manutenção; administração e titulação fundiária; recuperação de estruturas elétricas, equipamentos de irrigação; implantação de hidrômetros; implantação de drenagem parcelar; implantação de sistema de automação com controle central; aquisição e instalação de câmera fria		x	Municípios de Alto do Rodrigues e Afonso Bezerra (Projeto Baixo Água)	
			x		SAPE	Execução										
				x	DIBA	Execução										
18	Projeto Manejo Sustentável de Uso Múltiplo no Seridó/RN	x			MMA	Financiamento	152.365,00	MMA/FNMA	x	2005-2006	Promover a implementação de um núcleo atuante e demonstrativo de ações ambientais, sociais e econômicas, nas áreas em processo de desertificação	Implementação de ações direcionadas à capacitação de técnicos, produtores e lideranças locais na utilização de técnicas de manejo florestal de uso múltiplo e adequação ambiental em pequenas propriedades de posse familiar no Seridó/RN.		x	Município de Parelhas (Seridó/RN)	
			x		EMATER	Execução										
19	Projeto Recuperação da Área Desertificada da Bacia do Rio Cobra	x			MMA	Financiamento	300.000,00	MMA/FNMA	x	2005-2006	Promover o estabelecimento de áreas de reserva legal, recuperação de mata ciliar e ações de educação ambiental	Estabelecer áreas de reserva legal em pequenas propriedades de posse familiar nas comunidades rurais de Cobra, Juazeiro e Cachoeira, localizadas no município de Parelhas; recuperação da mata ciliar do Rio Cobra numa extensão de 20,12 Km e atividades direcionadas à educação ambiental.		x	Município de Parelhas (Seridó/RN)	
			x		SERHID	Execução										

Item	Nome do Projeto/ Programa	Órgão Gestor (es)					Recursos Envolvidos RS / US\$	Fontes de Financiamento	Estágio Atual			Objetivo (s)	Período de Implementação	Caracterização das ações/ Intervenções propostas	População Beneficiada	Área de Atuação	
		Federal	Estadual	Municipal	Nome	Atribuição			Planejamento	Execução	Avaliação					Estado	Município (s)
20	Programa de Ação Social em Saneamento - PASS/BID	x			MC		166.356.628,00	BID	x paralisado			Ampliação e implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário	4 anos a partir da assinatura do contrato	Intervenções de saneamento básico em municípios do Estado do Rio Grande do Norte.	330.000	x	Assu, Angicos, Apodi, Areia Branca, Canguaretama, Caraúbas, Ceará-Mirim, João Câmara, Macaíba, Nova Cruz, Parnamirim, Santa Cruz e São José de Mipibu
			x		CAERN	Execução e operação											
			x		Gov.Est	Contrapartida											
21	Diagnóstico Operacional e Avaliação de Cenários para Prestação de Serviços de Água e Esgotos do Estado do Rio Grande do Norte/PMSS	x			MINISTÉRIO RIO DAS CIDADES	Financiamento	705.076,65	Ministério das Cidades / PMSS / PNUD - Contrato nº 03/477-770				Promover um diagnóstico técnico operacional e avaliação de cenários para prestação de serviços de esgotos e água no Estado do RN	2004	Estabelecer modelo gerencial e estrutura funcional, adequação do sistema contábil e de custos, potencializar expansão dos serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário e definição de uma fiscalização permanente para redução do número de ligações clandestinas.	2.776.782	x	Todos os municípios do Estado do Rio Grande do Norte
		x			PMSS	Execução											

FONTE: SEMARH